



A ética do habitar finito

The ethics of finite dwell

Luis Uribe Miranda¹
luis.uribe@ufma.br

Resumo: Neste artigo tentou-se pensar uma ética do habitar finito no contexto dos graves problemas ambientais que afetam o planeta. A proposta é: se aceitamos a tese segundo a qual as éticas do dever e da responsabilidade são insuficientes frente aos problemas atuais, por um lado, e aceitamos a desfundamentação da ética como ponto de partida, por outro, se abre a possibilidade para uma ética do habitar finito que, por sua vez, pressupõe uma experiência moral negativa. Para esse fim, primeiro apresentamos o conceito de habitar em Martin Heidegger e, em segundo lugar, o conceito de experiência moral negativa de Humberto Giannini, nessa relação, desenvolveu-se uma reflexão de segundo grau, ou seja, uma ética do habitar finito. A finitude e a mortalidade essencial do homem e da terra, pensadas na sua radicalidade, se abrem como possibilidades de sentido para gerar uma nova forma de habitar o planeta.

Palavras-Chave: Ética; habitar; Martin Heidegger; Humberto Giannini; mortalidade.

Abstract: In this article we attempt to think of the ethics of finite dwell in the context of the serious environmental problems that affect the planet. The proposal is: if we accept the thesis according to which the ethics of duty and responsibility are insufficient in the face of current problems, on one hand, and accept the defunding of ethics as a starting point, on the other hand, the possibility opens up for ethics of finite dwelling which, in turn, presupposes a negative moral experience. To this end, first, we present the concept of dwell by Martin Heidegger and, secondly, the concept of negative moral experience by Humberto Giannini. In this relationship, we develop a second-degree reflection, that is, an ethics of finite dwell. The finitude and essential mortality of man and the earth thought of in its radical nature open up possibilities of meaning to generate a new way of inhabiting the planet.

Keywords: Ethics; Dwell; Martin Heidegger; Humberto Giannini; Mortality.

1 É doutor em filosofia pela Università degli Studi di Torino, Itália. Pós-doutorado em filosofia pela UFMG (2015) e Università degli Studi di Torino (2019). Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão/UFMA e Professor permanente do PPGFil/UFMA e do Prof-Filo/UFMA. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Filosofia Italiana – GEPFIT – UFMA. Neste momento está realizando um Pós-doutorado em Filosofia na Università degli Studi di Macerata, Itália. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0765-7932>

Introdução

Durante muitos anos as reflexões filosóficas sobre ética estavam concentradas nas questões concernentes ao dever e a responsabilidade. Questões estas, permeadas pela tentativa de encontrar uma fundamentação, como fizera Kant (2007), com a ética em geral a fim de tirar certa normatividade que permitisse desenvolver uma ética do dever ou uma ética da responsabilidade segundo as necessidades. À vista disso, surgiram muitas propostas, desde as de Hans Jonas (2007), Karl-Otto Apel (1992), Jürgen Habermas (2014), sem fazer referência àquelas desenvolvidas nas pesquisas em Bioética. Somam-se, ainda os problemas derivados do aquecimento global, a mudança climática, a inteligência artificial, a globalização de um modelo econômico e ideológico, as reflexões sobre descolonialidade, os problemas da migração, o racismo estrutural e os problemas de gênero, para enunciar só alguns, demonstrando a insuficiência dessas propostas éticas.

Assim sendo, um ponto de partida possível para a ética seria assumir a sua desfundamentação, ao mesmo tempo, isso não significa uma renúncia a sua natureza racional. Nessa linha, Gianni Vattimo apresenta uma proposta quando afirma que:

Se a filosofia ainda pode falar de ética racionalmente, isto é, de modo responsável frente as bases de referências que se possam conceder – a época, a herança, a proveniência – unicamente poderá fazê-lo assumindo explicitamente como seu ponto de partida – e não como fundamento – a condição de não fundamentatividade na qual está jogada hoje” (Vattimo, 2003, p. 51).

O ponto em questão é assumir a condição atual em que se encontra a ética e, a partir disso, tentar pensar racionalmente em termos de pluralidade. O discurso filosófico sobre a ética não consente, nas atuais circunstâncias filosóficas e histórico-culturais, a tentativa de um discurso racional único e universal com base em princípios lógicos, epistemológicos, ontológicos, econômicos, culturais, raciais e axiológicos ocidentais. Mas, também, não consente a aceitação acrítica do ideal da existência de uma racionalidade humana universal e igual em todas as pessoas. Nem a racionalidade humana, nem o ser, podem ser ditos de modo unívoco, mas sim, de múltiplos modos. Dessa forma, os modos como habitamos a terra também são múltiplos.

Martin Heidegger, como é bem sabido, nunca desenvolveu uma ética em termos sistemáticos, assim como, também, nunca desenvolveu uma política. Uma e outra, contudo, não ficaram silenciadas dentro do pensamento do filósofo alemão. Não são poucas as passagens de conferências que podem ser lidas em um ou outro sentido e que nos fornecem alguns elementos para pensar essas questões. Nesta ocasião, a partir da conferência *Construir Habitar Pensar*, tentarei desenvolver algumas reflexões sobre a questão ética que, evidentemente, não estão desconectadas das questões políticas². Nossa proposta é que se efetivamente aceitamos a tese

2 É bom lembrar que para Aristóteles, na *Ética a Nicômaco* 1094a 25, a ética não é uma ciência e

segundo a qual as éticas do dever e da responsabilidade são insuficientes frente aos problemas atuais, por um lado, e aceitamos a desfundamentação da ética como ponto de partida, por outro, se abre a possibilidade para uma ética do habitar finito que, por sua vez, pressupõe uma experiência moral negativa.

Para dar conta de nosso propósito, em um primeiro momento apresentarei as questões relativas ao conceito de habitar em Martin Heidegger para, no segundo momento, a partir do conceito de experiência moral negativa de Humberto Giannini mostrar alguns elementos para uma ética do habitar finito.

O habitar

O texto *Construir habitar pensar (Bauen Wohnen Denken)*, conferência pronunciada por Martin Heidegger no Colóquio de Darmstadt em 1951, desenvolve a questão do habitar na sua relação essencial com o construir questão que, para o filósofo de Friburgo, permanece ainda sem ser pensada. Uma conferência que, como sabemos, está inserida em um momento preciso e escuro da história política da Alemanha.

O contexto ao qual a conferência de Heidegger se refere é da Alemanha, após a segunda guerra mundial. A crise de moradia faz o filósofo pensar a questão do construir na sua relação originária com o habitar que, para muitos, implicaria uma relação teleológica ao ponto de se afirmar que “o habitar seria, portanto, em cada caso a finalidade que está na base de todo construir” (Heidegger, 1976, p. 96-97). Para Heidegger, ao contrário e após um cuidadoso trabalho filológico, “construir significa originariamente habitar” (Heidegger, 1976, p. 97), eliminando desse modo à relação teleológica e, ao mesmo tempo, outorgando-lhes um novo estatuto ontológico. Trata-se, mais precisamente, de uma relação ontológica entre o homem, o habitar e o modo de habitar. Nesse sentido, a conferência de Heidegger não poderia ser lida simplesmente como a tentativa de fornecer elementos práticos para desenvolver construções de prédios habitáveis do ponto de vista da arquitetura. Uma linha interpretativa similar é oferecida por Jorge Acevedo Guerra:

Me parece que frente a ela é comum passar por três etapas: na primeira - e atendo-se, simplesmente, a seu título -, se acredita que aí podemos encontrar o cerne do pensamento de Heidegger a respeito da arquitetura. Na segunda, se percebe que se trata de um escrito estritamente ontológico, filosófico ou metafísico, cuja relação com a arquitetura é tênue e periférica. Na última etapa se percebe que, contudo, a conferência constitui um nexos entre filosofia e arquitetura, mas não no sentido de dar soluções para os profissionais da construção e para os planejadores urbanos, mas enquanto sugere-lhes interrogantes (Acevedo Guerra, 2014, p. 42).

As três etapas na leitura do texto heideggeriano apontadas por Acevedo Guerra, ao mesmo tempo, nos situam no cerne do problema da conferência: o

só tem sentido dentro de uma ciência maior: a política.

problema da essência do existir humano. Para o filósofo de Friburgo, “ser homem significa: ser na terra como mortal; e isso é: habitar” (Heidegger, 1976, p. 97). Nesse sentido, o habitar, como elemento ontológico do ser do homem, está marcado pela mortalidade³, pela impossibilidade das possibilidades, pela finitude e contingência ontológica. Contudo, e isso é o que instiga o pensamento de Heidegger, o habitar comumente não é pensado pela tradição filosófica ocidental como um elemento fundamental do homem. Nas palavras do autor, “na realidade, ao contrário, em isso se cela algo decisivo, é o fato que o habitar não é realizado como o ser do homem; o habitar nunca é, em modo algum, pensado como o traço fundamental do ser do homem” (Heidegger, 1976, p. 98). Assim sendo, o habitar, acaba sendo esquecido pelo pensamento filosófico porque ele remete ao caráter mundano e secular do homem. Habitar é para o homem, em certo sentido, um modo de *ser-no-mundo*.

O habitar do homem, de seu *ser-no-mundo*, acontece em uma relação de proteção, vizinhança e cuidado, onde esse último elemento, o cuidado, é o elemento diferenciador do habitar porque o põe em relação com a mortalidade que caracteriza o habitante da terra. Nas palavras de Heidegger:

Habitar, ser levados na paz, quer dizer: permanecer na proteção do que nos circunda (*Frye*) e que protege cada coisa na sua essência. *O traço fundamental do habitar é esse cuidar (Schonen)*. Ele atravessa o habitar em toda sua amplitude. O habitar se nos apresenta em toda sua amplitude quando pensamos que no habitar reside o ser do homem, entendido como o morar dos mortais sobre a terra (Heidegger, 1976, p. 99).

E acrescenta o filósofo:

Os mortais habitam enquanto salvam a terra [...] Salvar não só significa tirar de um perigo, propriamente quer dizer: liberar algo na sua própria essência. Salvar a terra é mais que utilizá-la ou, pior, explorá-la. O salvar a terra não significa dominá-la e escravizá-la; dessas atitudes, falta só um passo para que se instaure uma exploração sem limite (Heidegger, 1976, p. 100).

O habitar dos mortais na terra, enquanto cuidado e proteção, tem por finalidade salvá-lo. Tanto salvar quanto liberar é, por conseguinte, deixar ser a terra; isto é, liberá-la na sua própria essência. Salvar a terra porque no habitar inessencial do homem, aquele que esqueceu que o habitar é o traço fundamental do ser do homem, se esconde o descuido, o perigo do domínio total da terra, da sua exploração ilimitada. Os mortais habitam a terra cuidando dela porque ela é, também, mortal. A terra é finita.

A mortalidade do homem libera o seu agir à procura, não de uma morte vazia de sentido, mas de uma boa morte. Ao que parece, o sentido do homem não

3 Como sabemos, Heidegger tinha desenvolvido extensamente essa questão em *Ser e Tempo*, em particular no capítulo primeiro da segunda seção, parágrafos § 46-53.

consiste em uma vida boa, ao contrário, em uma boa morte. Para Heidegger, “Os mortais habitam enquanto conduzem a sua própria essência – que é o ser capaz da morte enquanto morte – ao uso dessa capacidade, para que seja uma boa morte” (Heidegger, 1976, p. 100). Nessa procura se dá a relação do homem com os outros entes, com os lugares e espaços. Essa relação não é acidental, como a morte também não é. “A relação do homem aos lugares e, através deles, aos espaços, reside no habitar. A relação entre homem e espaço não é senão que o habitar pensado na sua essência” (Heidegger, 1976, p. 105) a partir da sua mortalidade.

Em consequência, seguindo o raciocínio de Heidegger, aparece nítida a relação entre construir e habitar: construímos para habitar. “A essência do construir é o «fazer habitar». [...] *Só se temos a capacidade de habitar, podemos construir*” (Heidegger, 1976, p. 107). O anterior é possível se aceitamos a tese que o habitar é o traço fundamental do ser do homem enquanto mortal. Entretanto, o homem ainda não foi pensado essencialmente pela filosofia, como aquele que habita a terra enquanto mortal. Ainda não se pensou que a crise habitacional é mais profunda e mais complexa de se resolver, que não é só um problema de construir habitações, casas ou, como alguns pensam, de entregar normas técnicas para a construção civil. Para o filósofo de Friburgo,

por mais dura e penosa, por mais grave e perigosa que seja a escassez de habitações, a *autêntica crise do habitar* não consiste na falta de habitações [...] A verdadeira crise do habitar consiste no fato que os mortais estão ainda a procura da essência do habitar, que eles *devem, em primeiro lugar, aprender a habitar* (Heidegger, 1976, p. 108).

A crise do habitar - que consiste em não ter aprendido a habitar a terra, em não ter pensado o homem na sua mortalidade essencial - não é, por conseguinte, um problema técnico.

A ética do habitar finito

Habitamos um mundo técnico. Um mundo no qual a distinção clássica entre ciência e técnica desapareceu completamente e onde os avanços dessa última norteiam nosso modo de viver. Habitar o mundo de forma técnica significa, também, estar sob o domínio da técnica. Uma análise dessa situação é presente em Franco Volpi:

Mas pouco a pouco, especialmente no curso dos últimos decênios, a posição da ciência e da técnica em nosso mundo e na sua autorrepresentação cultural foi mudada profundamente. Transformadas em planetárias, ciência e técnica se apresentam cada vez menos como um simples componente, entre muitos outros, de nossa realidade, ao invés, são a força predominante e exclusiva, à qual acompanha um crescimento extraordinário do poder de intervenção sobre a natureza e uma procura ilimitada de tal crescimento (Volpi, 2002, p. 115).

O domínio crescente da natureza por parte da ciência e da técnica, paradoxalmente, não é proporcional ao progresso humano. Ninguém, evidentemente, afirmaria que os progressos da ciência e da técnica não tenham contribuído para uma melhora das condições de vida das pessoas, no entanto, o avanço da ciência e a técnica também tem implicado um gradual abandono do ideal humanista de vida. A mudança de cenário, segundo Volpi, teria acontecido na segunda metade do século passado:

se durante o século XIX e o início do XX a ciência e a técnica foram consideradas como funcionais e favoráveis diretamente ao progresso humano, hoje aparecem dúvidas a propósito de uma tal identificação imediata entre o progresso científico-tecnológico e o crescimento humano. A “epistemofilia” e a “tecnofilia” têm deixado o posto a um comportamento de cautela e controle. Ninguém duvida que o crescimento do império tecnológico apresente uma infinidade de aspectos positivos e fascinantes. Mas, ao mesmo tempo, se nutrem inquietudes e preocupações sobre as eventuais ameaças que, invés de promover a realização do homem, a tecnociência termine por erradicá-lo de seu mundo natural e cultural (Volpi, 2002, p. 117).

A atitude de cautela, diante das possíveis ameaças do desenvolvimento da tecnociência enunciada por Volpi, se refere a uma preocupação com o homem e com a sua qualidade de vida. Além disso, parece que a situação é ainda mais preocupante porque estamos lidando com uma crise ambiental sem precedentes. Aos poucos, e a força de inumeráveis catástrofes que têm atingido a vida de muitas pessoas no mundo, a população mundial está tomando consciência que a terra não é eterna. Mas, ao mesmo tempo, essa consciência não é seguida de um agir em conformidade com essa nova realidade. Eis, então, o ponto no qual se abre a possibilidade para uma ética do habitar finito.

A ética não é algo natural. A ética, na sua especificidade filosófica, é uma reflexão segunda que pressupõe uma moral. Ao que parece, todos temos uma moral herdada dos pais, da religião, do direito, da ideologia, da educação, da cultura, desde a qual os conteúdos dos conceitos de bom e de mal são preenchidos. O conteúdo desses conceitos, por conseguinte, não é fruto de uma reflexão ética, mas de uma experiência moral. Ainda assim, nem toda experiência moral gera uma ética. A experiência moral negativa é a *conditio sine qua non* para o surgimento de uma ética.

Humberto Giannini no seu livro *Del bien que se espera y del bien que se debe*, afirma a negatividade da experiência moral. Para o filósofo, “não se trata, pois, de “proclamar o triunfo do mal sobre o bem” senão da constatação da prioridade histórica do não” (Giannini, 1997, p. 43). Em outras palavras, a negatividade da experiência moral consiste na constatação histórica de não agir segundo o dever moral, segundo a normatividade do código moral, o que provoca, por sua vez, o julgamento por parte da comunidade que partilha essa moral específica. A tentativa

de justificar, o refletir sobre essa experiência moral negativa, leva a fazer uma reflexão de segundo grau, uma reflexão ética (Giannini, 1997, p. 49). O não fazer o bem que se esperava e se deveria fazê-lo, como experiência moral negativa, abre o caminho para o desenvolvimento de uma ética. Neste sentido, ocorre nos perguntar: o que era esperado ser feito e não fizemos? O que deveríamos fazer e não fizemos? Do que temos tido uma experiência moral negativa?

Para responder essas interrogações retomaremos a reflexão de Heidegger sobre o habitar. Neste sentido, podemos elencar três experiências morais negativas com relação a uma ética do habitar finito.

Uma primeira experiência moral negativa seria a de *não salvar a terra*. Dizia Heidegger:

Os mortais habitam enquanto salvam a terra [...] Salvar não só significa tirar de um perigo, propriamente quer dizer: liberar algo na sua própria essência. Salvar a terra é mais que utilizá-la ou, pior, explorá-la. O salvar a terra não significa dominá-la e escravizá-la; dessas atitudes, falta só um passo para que se instaure uma exploração sem limite (Heidegger, 1976, p. 100).

Mas, ao que parece, os mortais não têm habitado a terra como mortais e com a consciência da finitude da terra. A globalização dos mercados, o predomínio do modelo neoliberal na economia, a expansão do mercado imobiliário, para elencar só alguns, têm mostrado um desejo desenfreado de exploração dos recursos naturais como se eles fossem ilimitados. A superposição da economia, da lógica do lucro sem medida, aparece hoje como a perda do cuidado da terra. A lógica do controle da natureza - do controle ideológico, político, econômico e epistemológico - longe de cuidar e salvar a terra, de liberar a essência da terra, instaurou um regime de exploração sem limite. A consequência desse agir dos mortais sobre a terra é o aquecimento global, a poluição do ar, o desmatamento da Amazônia, a crise hídrica, e assim por diante.

A segunda experiência moral negativa é a de *não conduzir para uma boa morte*. Para Heidegger, “Os mortais habitam enquanto conduzem a sua própria essência - que é o ser capazes da morte enquanto morte - ao uso dessa capacidade, para que seja uma boa morte” (Heidegger, 1976, p. 100). Ao que parece, o sentido do homem não consiste em uma vida boa, ao contrário, em uma boa morte. Contudo, o homem moderno e contemporâneo se considera imortal. A mortalidade essencial do homem aparece como algo secundário e irrelevante para o estilo de vida atual. A cultura do corpo, da alimentação saudável, paradoxalmente, não é pensada na perspectiva da finitude e mortalidade e, sim, na perspectiva de uma longa vida. Viver mais e despreocupados da morte, descartar a velhice e fugir das doenças aparece como o sentido do viver. O esquecimento da morte, do sentido de uma boa morte, se mostra, desse modo, como uma experiência moral negativa haja vista que a filosofia não pensou o homem como essencialmente mortal.

A terceira experiência moral negativa é a de *não ter aprendido a habitar*. Para o filósofo de Friburgo,

por mais dura e penosa, por mais grave e perigosa que seja a escassez de habitações, a *autêntica crise do habitar* não consiste na falta de habitações [...] A verdadeira crise do habitar consiste no fato que os mortais estão ainda a procura da essência do habitar, que eles *devem, em primeiro lugar, aprender a habitar* (Heidegger, 1976, p. 108).

Habitar não é uma questão técnica. A crise do habitar não se refere a uma falta de moradia ou lugares onde viver: não é uma crise imobiliária (que em geral consiste em um problema de escassez ou de compra e venda de imóveis). Ao contrário, a crise do habitar é decorrente do esquecimento de pensar a existência humana como mortal. Habitamos o mundo como seres eternos onde a terra é compreendida como um recurso a nosso serviço. Nesse sentido, o homem é o soberano de um território que está sob seu poder, com fronteiras delimitadas, onde o estrangeiro não tem lugar, não tem espaço. O homem enquanto mortal, não tem aprendido que seu habitar é mortal, finito, contingente porque é da mesma natureza que a terra. Eliminar, explorar e submeter a terra como expressões do não ter aprendido a habitar, é um agir contra si próprio ou ter uma experiência moral negativa.

Conclusão

A finalidade desse artigo, conforme foi dito na introdução, é que se efetivamente aceitamos a tese segundo a qual as éticas do dever e da responsabilidade são insuficientes frente aos problemas atuais, por um lado, e aceitamos a desfundamentação da ética como ponto de partida, por outro, abrindo a possibilidade para uma ética do habitar finito que, por sua vez, pressupõe uma experiência moral negativa. Assim sendo, e levando em consideração os desenvolvimentos até aqui realizados, podemos concluir o que se segue.

Em primeiro lugar, a insuficiência das éticas do dever e da responsabilidade não guardam relação com inconsistências lógicas ou racionais. Ao que parece, por um lado, diz respeito ao ponto de partida delas e, por outro, com a sua inaplicabilidade nas atuais circunstâncias histórico-culturais. No primeiro caso, pela aceitação de um a priori metafísico como fundamento para uma ética. Desse modo, a partir de certos princípios se tira uma normatividade que, na realidade, não é ética e, sim, moral. No segundo caso, o a priori do ideal de comunicação a partir de regras racionais, do diálogo racional, pressupõe a existência de uma racionalidade universal que, por sua vez, está limitada por uma cosmovisão ocidental que, na prática, entra em conflito com outras realidades socioculturais. O respeito do outro, por exemplo, como um valor *in se*, na sua origem kantiana, ainda aparece com características dogmáticas nas éticas de Habermas e Apel ao ponto de legitimar o uso da violência contra um outro que não está dentro da comunidade (Vattimo, 2003, p. 57-58). O diálogo

moral acontece a partir de uma relação de poder por parte de quem estabelece as regras do jogo e que o outro deveria aceitar. Nessas circunstâncias, não acontece um diálogo moral em igualdade de oportunidade ou em uma relação de justiça política e cultural.

Não obstante, se a ética do dever tenta reger o agir antes da ação e a responsabilidade acontece antes e depois da ação, o que pressupõe o a priori da liberdade, também é claro que frente aos problemas gravíssimos que enfrenta o planeta e a vida humana, a liberdade como escolha é insuficiente. Os acordos sobre o clima (por exemplo, como o acordo de Paris) mostram a insuficiência das éticas do dever e da responsabilidade porque esses acordos não são levados a sério ou cumpridos. Em consequência, os problemas derivados do aquecimento global, a mudança climática, a inteligência artificial, a globalização de um modelo econômico e ideológico, as reflexões sobre descolonialidade, os problemas da migração, o racismo estrutural e os problemas de gênero, por enunciar só alguns, mostram a insuficiência dessas propostas éticas.

Em segundo lugar, a desfundamentação como ponto de partida para uma ética tem relação direta com a aceitação de existências de racionalidades plurais. O modelo de uma racionalidade universal, que tem imperado no ocidente através da tradição filosófica e não só, tem mostrado sua face colonialista, racista, sexista, antifeminista, liberal e individualista que não consegue dialogar com a aceitação da diferença, do outro, e tende a silenciar de modo violento os discursos que lutam pelo reconhecimento. A desfundamentação da ética é a tentativa de resistir aos fundamentalismos morais e abrir, desse modo, o caminho para pensar novamente a ética sem vestes metafísicas, abertas às mudanças histórico-culturais e a aceitação de outros modos de pensar e fazer filosofia.

Em terceiro lugar, o conceito de experiência moral negativa de Humberto Giannini, pode ser colocado em relação com o conceito de habitar de Martin Heidegger. Nessa relação, como temos mostrado no desenvolvimento do artigo, é possível pensar uma ética do habitar finito. A negatividade da experiência moral de a) não salvar a terra, b) não conduzir para uma boa morte e c) não ter aprendido a habitar, pode ser compreendida como o crepúsculo das éticas do dever e da responsabilidade. A negatividade da experiência moral mostra que não cumprimos com o dever e a responsabilidade de cuidar e salvar a terra. Assim sendo, precisamos passar para uma reflexão de segundo grau, uma reflexão ética pensada em termos de habitar e finitude.

O desastre ecológico que temos provocado no planeta terra, e não só, é de tal gravidade que praticamente não temos salvação. Esse quadro torna-se ainda mais complicado quando se constata a inexistência de uma vontade política para diminuir os níveis de contaminação e poluição do planeta por razões e cálculos político-econômicos.

A terra como o homem são essencialmente finitos. A mortalidade é um traço fundamental do ser do homem que, como lembrava Heidegger, ainda não somos capazes de assumir e, conseqüentemente, pensar em termos filosóficos. O homem contemporâneo tem um medo da morte que, inclusive, inibe sua capacidade para pensar uma boa morte. O homem habita a terra não como mortal, ao contrário, como um soberano que impõe seu domínio e faz da terra e dos outros meros recursos. A terra e o homem, contudo, não são recursos renováveis, ilimitados e infinitos; eles são a presença da mortalidade e finitude da qual uma ética pode vir a ser. Na reflexão de Gaetano Chiurazzi

Uma ética da presença deveria começar com esta maneira de habitar, com este *échein* no fim, na flexão, na declinatividade, o que não significa terminar, mas “existir de modo finito” [...] Mas a condição finita, declinativa, do *Dasein*, é também a condição de abertura das suas possibilidades, isto é, da constituição de um sentido: de modo que aqui o desvio, o caso – e, portanto, a irreversibilidade – não é mais, como para Platão, motivo de degeneração, mas de geração (Chiurazzi, 2022, p. 177).

É a partir da finitude que se abrem as possibilidades para o homem gerar um novo modo de habitar a terra. Esse novo modo de habitar mortalmente a terra é uma articulação de sentido sempre aberta a possibilidades. É a finitude, a contingência, a mortalidade do homem e da terra o ponto de partida para pensar o sentido, não como a adequação a algo preexistente, senão uma constante possibilidade.

A aceitação das reflexões sobre o habitar de Martin Heidegger em relação com a experiência moral negativa de Humberto Giannini, são as bases, não fundamentos nem princípios, para uma ética do habitar finito. Salvar a terra, cuidar da terra, habitar mortalmente a terra, é a possibilidade de sentido que se abre para gerar um novo mundo possível, a nossa esperança de salvação⁴. Nessa esperança, não como um esperar passivo, se abre a possibilidade de para um existir autenticamente livre que, por sua vez, nasce de um existir humano com sentido finito.

4 Para uma reflexão mais aprofundada sobre essa temática se pode consultar o excelente livro de Roberto Mancini *Filosofia della salvezza*.

Referências bibliográficas

- ACEVEDO GUERRA, Jorge. 2014. Heidegger: existir en la era técnica. Santiago do Chile: Ediciones Universidad Diego Portales.
- APEL, Karl-Otto. 1992. Etica della comunicazione. Milão: Jaca Book.
- ARISTOTELE. 2005. Etica nicomachea. 13ª ed. Trad. Carlo Natali. Roma/Bari: Laterza.
- CHIURAZZI, Gaetano. 2022. Compreensão, História, Contingência. Ensaio sobre Heidegger e a hermenêutica. Trad. Íris Fátima da Silva Uribe e Luis Uribe Miranda. Jundiaí, SP: Paco.
- GIANNINI, Humberto. 1997. Del bien que se espera y del bien que se debe. Santiago do Chile: Dolmen Ediciones.
- HABERMAS, Jürgen. 2014. Ética do discurso. Lisboa: Edições 70.
- HEIDEGGER, Martin. 1976. Costruire Abitare Pensare. In Saggi e discorsi. Trad. Gianni Vattimo, 96-108. Milão: Mursia.
- HEIDEGGER, Martin. 2012. Ser e tempo. Trad. Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- JONAS, Hans. 2007. O princípio responsabilidade. Rio de Janeiro: Contraponto.
- KANT, Immanuel. 2007. Fundamentação da metafísica dos costumes. 3ª ed. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70.
- MANCINI, Roberto. 2019. Filosofia della salvezza. Percorsi di liberazione dal sistema di autodistruzione. Macerata: EUM Edizioni Università di Macerata.
- VATTIMO, Gianni. 2003. Nichilismo ed emancipazione. Etica, politica, diritto. Milão: Garzanti.
- VOLPI, Franco. 2002. “Nichilismo della tecnica e responsabilità etico-politica”. In L'uomo e le macchine, 113-121. Florença: Leo S. Olschki Editore.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.